

Emprego \_\_\_\_\_  
Inscrição n° \_\_\_\_\_



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO

# CONCURSO PÚBLICO PROCURADOR MUNICIPAL

### INSTRUÇÕES

- 1- Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha
- 2- Para cada questão existe apenas uma resposta correta
- 3- Leia atentamente a questão no caderno e escolha a alternativa que julgar correta
- 4- O entendimento faz parte da prova
- 5- Faça a sua prova em silêncio, para que todos façam também
- 6- O caderno de questões deverá ser utilizado como rascunho, mas não poderá ser levado
- 7- Após ler atentamente e assinalar as respostas nas folhas de perguntas, o candidato deverá transferi-las para o gabarito de cor azul que poderá ser levado
- 8- Ao entregar o caderno de perguntas o candidato receberá então uma folha de respostas definitiva de cor branca
- 9- Para assinalar o gabarito utilize somente caneta azul
- 10- No gabarito não poderá haver rasuras, correções, tão pouco assinalar duas alternativas, pois isto implicará na anulação da questão
- 11- Não tente se comunicar com outros candidatos
- 12- Não tente utilizar qualquer tipo de livro, apontamento, legislação, máquina de calcular, aparelhos eletrônicos etc.
- 13- O tempo de duração da prova será de 2 (duas) horas

## Poema de sete faces

1. Quando nasci, um anjo torto  
desses que vivem na sombra  
disse: Vai, Carlos! *sergauche* na vida.  
2. As casas espiam os homens  
que correm atrás de mulheres.  
A tarde talvez fosse azul,  
não houvesse tantos desejos.  
3. O bonde passa cheio de pernas:  
pernas brancas pretas amarelas.  
Para que tanta perna, meu Deus, pergunta  
meu coração.  
Porém meus olhos  
não perguntam nada.  
4. O homem atrás do bigode  
é sério, simples e forte.  
Quase não conversa.  
Tem poucos, raros amigos  
o homem atrás dos óculos e do bigode.  
5. Meu Deus, por que me abandonaste  
se sabias que eu não era Deus,  
se sabias que eu era fraco.  
6. Mundo mundo vasto mundo  
se eu me chamasse Raimundo  
seria uma rima, não seria uma solução.  
Mundo mundo vasto mundo,  
mais vasto é meu coração.  
7. Eu não devia te dizer  
mas essa lua  
mas esse conhaque  
botam a gente comovido como o diabo.

<http://www.memoriaviva.com.br/drummond/poema001.htm>

01 - O vocativo é conceito de análise sintática, *mas termo isolado da oração*; com ele, marca-se a existência de um chamamento, apelo, invocação ou parte de um diálogo que, no texto acima, do poeta modernista Carlos Drummond de Andrade, pode ser notado nas estrofes:

- a) Um anjo torto, Carlos, meu Deus (primeira, primeira, terceira)
- b) Carlos; Meu Deus; Meu Deus; mundo mundo, vasto mundo; mundo mundo, vasto mundo ( primeira, terceira, quinta e sexta)
- c) Carlos, Meu Deus, essa lua (primeira, terceira, sétima)
- d) meus olhos, bigode (terceira e quarta)

02 - Na segunda estrofe do poema, é possível que se faça uma alteração verbal sem que isso implique erro:

As casas espiam os homens  
que correm atrás de mulheres.  
A tarde talvez fosse azul,  
**não houvesse** tantos desejos.

- a) Não existissem tantos desejos.
- b) Não tivesse tantos desejos.
- c) Não houvessem tantos desejos.
- d) A tarde talvez ficasse azul

03 - O bonde passa cheio de pernas:  
pernas brancas pretas amarelas.  
Para que tanta perna, meu Deus, pergunta  
meu coração.  
Porém meus olhos  
não perguntam nada.

A terceira estrofe contém figuras estilísticas muito utilizadas e podemos reconhecer ali:

- a) Metonímia (pernas); prosopopeia (pergunta meu coração, meus olhos não perguntam nada)
- b) metáfora (brancas pretas amarelas); ironia (para que tanta perna)
- c) hipérbato (o bonde passa cheio de pernas) e catacrese (nada)
- d) hipérbato (pergunta meu coração) e prosopopeia (nada)

04 - Eu não devia te dizer  
mas essa lua  
mas esse conhaque  
botam a gente comovido como o diabo.

Supondo que você tivesse que reescrever o primeiro verso acima dirigindo-se a um juiz de Direito de sua Comarca e a um Diretor do Departamento de Trânsito de sua cidade, a reescritura da passagem seria:

- a) Eu não devia dizer a Vossa Excelência/ Eu não devia dizer ao ilustríssimo senhor
- b) Eu não devia dizer-lhe, Meretíssimo Juiz/ Eu não devia dizer-lhe ilustríssimo senhor
- c) Eu não devia dizer-lhe, Doutor Juiz/ Eu não devia dizer para você
- d) Eu não devia dizer-te, Senhor Juiz/ Eu não devia dizer-vos, diretor

05 - Entre as alternativas que se seguem, uma e apenas uma é incorreta quanto ao uso da crase:

- a) Ficou cara à cara com o contribuinte inadimplente e, naquele instante, teve dó: era tão pobre que jamais poderia pagar a dívida.
- b) Foi à casa do prefeito com o intuito de conversar pessoalmente com ele.
- c) Dobre à direita ou à esquerda; tanto faz para quem quer chegar à praça da Matriz.
- d) Dei àquele rapaz tudo quanto tinha na carteira.

06 - As alternativas abaixo guardam uma e apenas uma correta, identifique-a:

- a) Pobres moradores das periferias: 60% já sofreram assaltos de madrugada, quando deixam suas casas para o trabalho.
- b) Havia grandes expectativas quanto ao aumento dos impostos.
- c) Nos últimos anos, uma ou outra notícia nos tomaram de surpresa.

d) Eles fazem muita questão de dizer que fazem 25 anos que moram aqui, nesta cidade.

O texto abaixo norteará as questões de 7 a 10:

### **A desocupação do Pinheirinho e a haste de uma orquídea**

1. Depois de uns dias nublados, o sol nasce outra vez “sobre justos e injustos”; neste fim de férias, é bom ficar preguiçando, lendo, ouvindo música, sentindo o mundo. Com o reaparecimento do sol, percebo, tudo fica mais vivo, mais intenso. Mas, por conta das chuvas, as plantas brotaram no jardim de inverno, cresceram tanto que mal cabem ali.
2. Uma orquídea chuva-de-ouro apontou pela primeira vez uma haste delicada e anunciou que vai fazer nascer dezenas de florezinhas amarelas. Assim tudo é: há tempo para todas as coisas, para muitos renascimentos e ressurreições, o que guardado estava esperando a hora de ressuscitar, eis que vem com suas flores amarelas que ao mínimo vento vibram como abelhas.
3. Um velho e corroído provérbio diz que a beleza está nos olhos de quem vê. A beleza e o medo porque se a chuva faz brotar a haste da orquídea, também faz desmoronar encostas e leva gente embora. Se um prédio de dezoito andares caiu e arrastou outros dois em pleno centro do Rio de Janeiro, tudo é possível. Que um rio transborde, que uma pedra role, que pessoas percam suas casas como aquelas que moravam no Pinheirinho.
4. Fico imaginando a dor de ser arrastado para fora de uma casa que se construiu tijolo a tijolo, bloco a bloco, telha a telha. A dor e a revolta.
5. Às vezes (ou a maior parte das vezes?) a vida é injusta. Muitos Pinheirinhos existem, em muitos lugares do Brasil; muitos prédios desabam, muitas vidas são cortadas, crianças

choram em abrigos, pais choram porque suas crianças se deitam em colchões finos sem lençol, longe do lar, da escola, dos parentes, vizinhos e amigos.

6. Quando vi aquelas imagens do Pinheirinho sendo desocupado, imaginei o que os policiais estavam sentindo. Muitos deles estariam cumprindo ordens à revelia dos seus sentimentos... Quando vi aquelas mães acordadas de repente, com os cabelos desgrenhados e os filhos no colo, imaginei que Justiça é cega, mas, muitas vezes, também é muda, manca, surda e inacessível para a maioria de nós, os brasileiros.

7. A mãe correndo com uma menininha no colo; o pai, com o cabelo em desordem e a roupa amarrotada, vai faltar hoje ao emprego para tentar levar sua família para a casa de algum parente, para o salão de uma igreja, para qualquer lugar onde uma esperança brote como uma orquídea amarela, tremulando como uma pequena abelha.

8. E quando vi as pobres casas postas ao chão por aquelas máquinas, meu coração chorou aos soluços. Tudo aquilo é da tal massa falida de NajiNahas, mega-investidor falido, envolvido em uma porção de falcatruas. Quase sete mil pessoas que ali moravam tiveram seus sonhos abortados, amputados. Ah, mas a Prefeitura de São José dos Campos ofereceu abrigo, tal como nos tempos de guerra... mas também ajudou no processo de escorraçá-los, permitiu que fossem tratados como bandidos nos confrontos com a polícia.

9. Tão frágeis como uma orquídea? Não... eu também os vi armados com seus capacetes e suas armaduras improvisadas... Nem tudo eram rosas por lá. Mas a figura daquela mãe correndo com seu bebê ficará guardada para sempre no meu peito porque ali, eu sei, estava a prova de que a vida e os sonhos são muito frágeis.

10. Tão frágeis como a haste de uma orquídea.

**(Esther Rosado é professora de Literatura e Redação e autora de material didático para cursinho e Ensino Médio)**

07 - Ao se ler o primeiro parágrafo, podemos encontrar o verbo “preguiçar”; não se trata de uma reinvenção da norma culta, mas de verbo que pode ser encontrado no Dicionário Aurélio- Século XXI:

**Andar ou estar com preguiça; entregar-se à preguiça; fazer as coisas com preguiça; mandriar, madracear.**

Ao se usar o verbo “espreguiçar”, qual sentido é o mais específico?

- a) Estirar os membros em consequência de sono ou de moleza, bocejando; despreguiçar (-se).
- b) Colocar para fora a preguiça, daí o prefixo “es”
- c) Com o sufixo “es” pode-se ter a conotação de “para fora e de forma súbita, rapidamente”.
- d) Espreguiçar significa ter muita preguiça, externar a preguiça, servir-se dela.

08 - O primeiro parágrafo da crônica traz uma figura estilística que acontece sempre que se executa o eixo semântico dos contrários; tal figura se encontra em:

- a) sobre justos e injustos (paradoxo)
- b) sobre justos e injustos (antítese)
- c) sobre justos e injustos (metáfora)
- d) sobre justos e injustos (ironia)

09 - No décimo parágrafo, ao escrever “Tão frágeis como a haste de uma orquídea”, a comparação dá-se da seguinte maneira:

- a) com os substantivos a vida e os sonhos
- b) com as mães e as crianças
- c) com os habitantes do Pinheirinho
- d) capacetes e suas armaduras improvisadas

10 - Leia o parágrafo quarto:

“Fico imaginando a dor de ser arrastado para fora de uma casa que se construiu tijolo a tijolo, bloco a bloco, telha a telha. A dor e a revolta.”

Neste trecho da crônica, podemos afirmar que:

- a) Houve um erro crasso; as expressões “tijolo a tijolo”, “bloco a bloco” e “telha a telha” deveriam receber crase na preposição entre as palavras repetidas.
- b) A ideia da dor e da revolta de ser arrastado para fora da casa que se construiu com sacrifício fica clara quando a autora preferiu usar expressões repetidas, “tijolo a tijolo”, “bloco a bloco” e “telha a telha”, as quais enfatizam a ação.
- c) A cronista não poderia ter usado a expressão “arrastado para fora de uma casa”, já que a palavra “arrastar” traz consigo a significação de “para fora”.
- d) A dor e a revolta são a causa de terem sido arrastados para fora de suas casas.

11 - Analise as alternativas de acordo com a Lei Orgânica do Município de Jambeiro:

- I. Prover e extinguir cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores.
- II. Promulgar as resoluções e decretos legislativos bem como as leis como sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário.

III. Exercer, com o auxílio dos Diretores Municipais, a direção superior da administração pública municipal.

IV. Baixar, mediante Ato, as medidas que digam respeito aos Vereadores.

V. Decretar estado de calamidade pública

Pode-se afirmar que são atribuições do Prefeito Municipal:

- a) Dois itens.
- b) Três itens.
- c) Quatro itens.
- d) Todos os itens.

12 - Estabelecido em 26 de março de 1991, através da assinatura do Tratado de Assunção, o Mercosul (Mercado Comum do Sul) é um bloco econômico formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Qual país está em processo de adesão para se tornar Estado membro do Mercosul:

- a) Bolívia
- b) Venezuela
- c) Peru
- d) Chile

13 - A Lei Nº 12.528, sancionada em 18 de novembro de 2011 que criou a Comissão da Verdade, foi considerada pela presidente Dilma Rousseff como “um passo decisivo para a democracia brasileira”.

Das seguintes afirmações, quais são verdadeiras acerca das características da Comissão da Verdade:

- I. A Comissão da Verdade foi criada para investigar e punir indivíduos que perpetraram graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar.
- II. A Comissão da Verdade será composta por sete membros, que serão nomeados pela Presidência da República.

III. Requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo.

IV. Não poderá promover audiências públicas.

Indique a alternativa correta:

- a) I, II, III
- b) I, II, IV
- c) III e IV
- d) II e III

14 - Foi um dos responsáveis pela revista Chiclete com Banana, amplamente divulgado pela mídia o incidente recente em que este cartunista, que se veste há três anos como mulher, foi censurado por ter usado o banheiro feminino. Nos jornais e na TV debate a transgeneralidade. Estamos falando de:

- a) Angeli
- b) Caco
- c) André Dahmer
- d) Laerte

15 - No mês de fevereiro de 2012 foi comemorado os 90 anos da Semana de Arte Moderna. O evento que é um marco na história da arte do país foi idealizado por:

- a) Oswald de Andrade
- b) Mario de Andrade
- c) Victor Brecheret
- d) Di Cavalcanti

16 - Ex-militante do Partido Operário Comunista, guerrilheira conviveu em uma cela no Presídio Tiradentes, em São Paulo, no ano de 1.971 com Dilma Rousseff. Socióloga e professora de saúde coletiva na Unifest formou um grupo em defesa da legalização

do aborto. O texto refere-se a nova ministra da Secretaria de Políticas para as mulheres.

- a) Eleonora Menicucci
- b) Graça Foster
- c) Gleisi Hoffmann
- d) Luiza helena de Barros

17 - Leia as premissas abaixo:

I – Quando o caminhão de gás entra na rua, todos os cães latem.

II – Um cão não latiu.

Logo, pode-se concluir que:

- a) Nenhum cão da rua latiu
- b) O caminhão de gás entrou na rua
- c) Apenas esse cão não latiu com a entrada do caminhão de gás na rua.
- d) O caminhão de gás não entrou na rua

18 - Carina, Carla e Catarina trabalham em uma indústria em Jambuí, sendo uma delas vigilante, outra faxineira e a outra montadora. A ficha de serviço mostra que uma das funcionárias tem 28 anos, outra 30 anos e outra 35 anos. A montadora, que é amiga de Carla, não é a mais velha de todas. Catarina mexe em seu trabalho com panos, luvas, vassouras e produtos de limpeza. Sabe-se ainda que a funcionária mais nova é vigilante.

Nas condições dadas, é correto afirmar que:

- a) Carina tem 30 anos e é vigilante
- b) Catarina tem 30 anos e é montadora
- c) Carla tem 28 anos e é vigilante
- d) Catarina tem 35 e é montadora

19 - Para o jogo de bingo de uma família, utilizou-se um pequeno saco escuro no qual o interior não pode ser visto pelo lado externo. Nesse saco existiam 33 bolinhas que pesavam 0,27kg cada uma. Quando se pesa

o saco com as bolinhas, tem – se o valor de 9,17kg. Qual é o peso, portanto, apenas do saco utilizado para o sorteio das bolinhas?

- a) 0,26 g
- b) 2,6 kg
- c) 260 g
- d) 2,6 kg

**QUESTÃO 19 - ANULADA**

20 - Qual número completa a sequência a seguir: 2, 10, 12, 16, 17, 18, 19 e \_\_\_.

- a) 20
- b) 22
- c) 26
- d) 200

21 - De acordo com o art. 36, III, da Constituição Federal, no caso de violação a princípios sensíveis (art. 34, VII), é admissível a decretação de intervenção. Acerca da **Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva**, é possível afirmar:

- a) É cabível a partir da provocação de qualquer dos entes elencados no art. 103, da Constituição Federal, perante o Supremo Tribunal Federal. Uma vez instaurada a ação, caberá ao Presidente da Corte a relatoria. Decidida pela procedência, o STF oficiará a sua decisão ao Congresso Nacional, a quem caberá expedir decreto interventivo.
- b) É cabível a partir da provocação exclusiva do Procurador-Geral da República, perante o Superior Tribunal de Justiça. Uma vez instaurada a ação, caberá a qualquer dos seus ministros a relatoria. Decidida pela procedência, por se tratar de controle jurídico, o STJ oficiará a sua decisão ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, a quem caberá expedir decreto interventivo.
- c) É cabível a partir da provocação exclusiva do Procurador-Geral da República, perante o Supremo Tribunal Federal. Uma vez

instaurada a ação, caberá ao Presidente da Corte a relatoria. Decidida pela procedência, o STF oficiará a sua decisão ao Presidente da República, a quem caberá expedir decreto interventivo.

d) É cabível a partir da provocação de qualquer dos entes elencados no art. 103, da Constituição Federal, perante o Supremo Tribunal Federal. Uma vez instaurada a ação, caberá a qualquer dos seus ministros a relatoria. Decidida pela procedência, o STF oficiará a sua decisão ao Presidente da República, a quem caberá expedir decreto interventivo.

22 - É cabível a Ação Direta de Inconstitucionalidade para análise de possível inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, a ser apreciada pelo Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, a). Por outro lado, é assegurada aos Estados da Federação a prerrogativa de instituir *representação de inconstitucionalidade* de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual (art. 125, § 2º).

Do controle de constitucionalidade abstrato de atos normativos municipais em face da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) É cabível perante o Tribunal de Justiça do Estado a qual pertence o município, por meio de Representação de Inconstitucionalidade.
- b) É cabível perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- c) É cabível perante o Tribunal de Justiça do Estado a qual pertence o município, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- d) É cabível perante o Superior Tribunal de Justiça, por meio de Ação Declaratória de Constitucionalidade.

23 - Ao Tribunal de Contas destina-se a função de promover a fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, por meio do controle externo. Trata-se de órgão essencial à preservação da harmonia entre os Poderes. Por outro lado, a Constituição Federal, em seu art. 31, § 4º, vedou a criação de Tribunais de Contas Municipais.

Acerca do controle externo das contas prestadas pelas administrações municipais, é incorreto afirmar:

- a) Dá-se por meio de Comissão Permanente da Assembleia Legislativa, especialmente criada para promover o controle externo das contas municipais, que poderá emitir pareceres meramente opinativos acerca das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo municipal.
- b) É possível a criação de *Tribunais ou Conselhos de Contas Municipais* pelo Tribunal de Contas Estadual. Trata-se de mero desdobramento administrativo com a função de assessorar o órgão fiscalizador estadual no desempenho das suas funções, bem como atuar em cooperação técnica com as Câmaras de Vereadores.
- c) É dever do Tribunal de Contas Estadual emitir parecer prévio acerca das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo municipal, que gozará de presunção de validade, podendo, desde já, estabelecer obrigações para os responsáveis pela utilização dos recursos públicos. Para ser rejeitado, é necessária a anuência de 2/3 dos membros da Câmara de Vereadores.
- d) A fiscalização das contas do município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, bem como por qualquer contribuinte que, no prazo de 60 dias, terá à sua disposição a prestação de contas

apresentada pelo Poder Executivo, podendo questionar-lhe a legitimidade.

24 - A Constituição Federal de 1988 afirmou os Municípios como entes da Federação, outorgando-lhes autonomia e competências próprias.

Acerca da natureza jurídica dos Municípios, é correto afirmar, exceto:

- a) Possuem, como competências constitucionais, o poder de auto-organização, aí incluído a capacidade de autolegislação, autogoverno, autoadministração.
- b) A Constituição assegurou imunidade parlamentar aos membros das Câmaras de Vereadores, tornando-o inviolável por suas opiniões, palavras e votos, desde que proferidos exclusivamente no exercício do mandato.
- c) Podem ser criados, incorporados, fundidos ou desmembrados a partir da observância as regras estabelecidas Constituição Federal, alterada pela Emenda Constitucional nº 15/96, a saber: lei complementar federal, estudos de viabilidade municipal, realização de plebiscito, lei ordinária estadual criadora do município.
- d) São regidos por Lei Orgânica, elaborada pela Assembleia Legislativa do seu Estado e referendada pela maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores local.

25 - A Constituição Federal, em seu art. 19, I, expressamente veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, o estabelecimento de cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou



aliança. O referido dispositivo constitucional é expressão de um princípio constitucional:

- a) Princípio da igualdade.
- b) Princípio da laicidade estatal.
- c) Princípio da liberdade de expressão.
- d) Princípio da liberdade de consciência e crença.

26 - A EC nº 45, de 8 de dezembro de 2004, inseriu um novo parágrafo ao art. 5º da Constituição Federal (§ 3º), estabelecendo um rito próprio para a incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos.

Acerca da incorporação dos tratados internacionais na ordem jurídica pátria, é incorreto afirmar:

- a) Tratados de direitos humanos ratificados após a vigência da Emenda Constitucional nº 45, são recepcionados com o status de normas supralegais.
- b) Tratados de direitos humanos ratificados antes da vigência da Emenda Constitucional nº 45, são recepcionados com o status de normas supralegais.
- c) Tratados de direitos humanos ratificados após a vigência da Emenda Constitucional nº 45, são recepcionados com o status de normas constitucionais.
- d) Tratados gerais ratificados após a vigência da Emenda Constitucional nº 45, são recepcionados com o status de normas legais.

27 - No que se refere aos princípios da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é incorreto afirmar:

- a) O princípio da impessoalidade possui uma dupla função: tanto impõe observância

à estrita finalidade pública no exercício de administrar, quanto assevera que os atos e provimentos da administração não são imputáveis aos funcionários ou autoridades que os praticam, senão aos órgãos em nome de quem os produzira.

b) O princípio da moralidade confunde-se com o princípio da legalidade, uma vez que o conteúdo jurídico de ambos se destina a evitar o desvio do poder pelos administradores públicos.

c) O princípio da legalidade impõe limites de atuação à Administração Pública, limitando o seu exercício ao que está explicitamente autorizado por lei.

d) Para além daqueles explicitados pelo caput do art. 37, da Constituição Federal, há princípios implícitos que, com igual forma jurídica, orientam a atuação da Administração Pública, a exemplo do *princípio da supremacia do interesse público*.

28 - Acerca do Processo Administrativo:

I. É regido pelo *princípio do informalismo*, visto que os atos praticados no âmbito do processo administrativo não exigem formalidades especiais, baseando-se em ritos e procedimentos simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, preservar a segurança jurídica e satisfazer o interesse público.

II. É regido pelo *princípio da atipicidade*, que assegura à autoridade julgadora, na ausência de expressa previsão legal, a discricionariedade administrativa para a aplicação da sanção, desde que fundamentada na proporcionalidade entre a gravidade do ilícito e as consequências para o serviço público.

III. É regido pelo *princípio da oficialidade*, que autoriza a administração pública instaurar

processos por iniciativa própria, independente de provação de terceiros interessados.

IV. Ainda que não explicitado, outros princípios constitucionais devem orientar os processos administrativos, a exemplo do princípio da ampla defesa e contraditório e princípio da eficiência.

São corretas as assertivas:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) I, II, III e IV.

29 - Acerca dos agentes públicos:

I. Os agentes públicos são classificados como agentes políticos, servidores públicos e particulares em colaboração com o Poder Público. Os militares, por possuírem um regime jurídico diferenciado dos demais servidores, não se enquadram nessa classificação.

II. Os agentes políticos são aqueles investidos de cargos, funções ou mandatos, a partir de eleições ou nomeações, cuja finalidade centra-se no exercício de atividades típicas de administração e governo.

III. Os servidores públicos são pessoas físicas que prestam serviços ao Estado, dividindo-se em servidores estatutários, empregados públicos e servidores temporários.

IV. Os particulares que colaboram com o Poder Público podem fazê-lo, dentre outras circunstâncias, por requisição, nomeação ou designação. Desde que observados os critérios previstos em lei, são remunerados, fato esse que enseja a criação de vínculo empregatício, submetendo-os ao regime jurídico dos demais servidores públicos.

São corretas as assertivas:

- a) I e II.

- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) I, II, III e IV.

30 - O controle da administração pública:

a) Pode ser realizado pelo Poder Legislativo, que o faz a partir do aspecto político, dispondo-se a analisar a legalidade e/ou o mérito dos atos e decisões administrativas, ou a partir do aspecto financeiro, por meio dos Tribunais ou Conselhos de Contas.

b) Pode ser realizado pelo Poder Judiciário, que o faz a partir da análise da legalidade, sendo-lhe vetado apreciação dos atos políticos, mesmo aqueles que causem lesão a direitos individuais ou coletivos.

c) Pode ser realizado pela Administração Pública, que o faz considerando o seu poder de autotutela, limitando-se à análise de atos ilegais, inconvenientes e inoportunos, desde que provocado pelo Poder Legislativo.

d) Constitui um efetivo poder-dever da Administração Pública, que o exerce com a finalidade corretiva e para preservar os princípios administrativos, só podendo ser renunciado em favor da supremacia do interesse público.